



ATA DA NONAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Aos dezesseis dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e quarenta e três minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Bom dia, senhoras e senhores. Senhores deputados, imprensa, senhoras deputadas, havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. Justificativa de ausência da deputada Mara Caseiro (CI nº 2024/0060), em virtude de agenda externa. **PEQUENO EXPEDIENTE**. Com a palavra, o senhor segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, para fazer a leitura da ata da sessão anterior.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente! Bom dia, senhores deputados. *“Ata da Nonagésima Sessão Ordinária da Segunda Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul. Aos quinze dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e cinquenta minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE** – Lida e aprovada a Ata de número Cento e Três da Octogésima Nona Sessão Ordinária. Pelo senhor primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Mensagens nºs 51 a 53/2024, do Poder Executivo; Ofício nº 1.490/2024, do Ministério da Saúde; Ofício nº 1440/2024, do Ministério Público de Mato Grosso do Sul; Ofício nº 114/2024, da Prefeitura Municipal de Três Lagoas; Ofício nº 2005/2024, da Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul; e-mail de Manhabusco Advogados S/A. **SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE** – Usaram da palavra os deputados Junior Mochi, Paulo Duarte, Antonio Vaz, Pedro Kemp, Zeca do PT, Caravina, Pedrossian Neto e Lucas de Lima. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Coronel David, Gleice Jane, Lia Nogueira e Marcio Fernandes. **GRANDE EXPEDIENTE** – Usou da palavra o deputado Pedro Kemp. **ORDEM DO DIA** – Foi aprovado, em redação final e votação nominal, o Projeto de Lei nº 352/2023, de autoria do deputado Professor Rinaldo. Foi aprovado, em discussão única e votação nominal, o Projeto de Lei nº 198/2024, de autoria do Poder Judiciário. Foram aprovadas, em segunda discussão e votação nominal, as seguintes proposições: Projeto de Lei nº 51/2024, de autoria do deputado Junior Mochi; Projeto de Lei nº 183/2024, de autoria do Poder Executivo. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: indicações, de autoria dos deputados Lidio Lopes, Antonio Vaz, Caravina e Pedro Kemp. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** – Não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, quinze de outubro do ano de dois mil e vinte e quatro”.* Foi lida a ata, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Com a palavra, o senhor primeiro-secretário, para fazer a leitura do expediente.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Bom dia, senhor presidente, senhoras e senhoras deputadas! Não há expediente a ser lido, senhor presidente.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, peço permissão para fazer a leitura de uma indicação aqui da Mesa Diretora. Indico à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, na forma regimental, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Paulo Roberto Santos, diretor-presidente da Energisa Mato Grosso do Sul, com cópia ao senhor Marcelo Miglioli, secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos de Campo Grande, solicitando a notificação da empresas responsáveis, para que realizem a manutenção e remoção dos fios telefonia e internet que estão em desuso nos postes da rua Estefânia, bairro Carandá Bosque, em Campo Grande. De acordo com os moradores da região, recentemente caiu um galho de jatobá, causando diversos danos, entre eles o rompimento da fiação. Apesar de os outros danos já estarem resolvidos, os fios continuam soltos por quase toda a extensão da via, oferecendo riscos aos pedestres e aos veículos que passam por ali. Era o que eu tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado João Henrique. Por inversão, com a palavra, o deputado Renato Câmara.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Senhor presidente, nobres colegas deputados, público presente e telespectadores da TV Assembleia, eu gostaria de fazer uma indicação. Indico à Mesa Diretora, observadas as disposições regimentais desta Casa de Leis, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Corrêa Riedel, ao secretário de estado de Infraestrutura e Logística de Mato Grosso do Sul, senhor Guilherme Alcântara, e ao diretor-presidente da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos (Agesul), senhor Mauro Azambuja Rondon, solicitando, em caráter de urgência, reforma, manutenção e encascalhamento das estradas rurais que dão acesso às áreas de produção agrícola e pecuária no município de Sidrolândia, especificamente na Avisidro. Através de reuniões com a Avisidro, pela Frente Parlamentar da Avicultura, da qual sou coordenador, foram apresentados vários pontos que precisam ser encascalhados e melhorados, para que possamos encaminhar ao governo do estado um mapa, já elaborado, indicando onde a manutenção é necessária. Essa atividade tem perdido muito de sua lucratividade devido aos problemas nas estradas, como atolamentos, buracos, entre outros. E tenho aqui um memorial fotográfico mostrando essas dificuldades e também os danos causados nas áreas de produção. Portanto, este é um pedido da Avisidro, que estamos encaminhando, juntamente com o mapa de todos os locais críticos, ao secretário de estado de Infraestrutura e Logística. Era o que eu tinha, senhor presidente.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Só para comunicar a Vossa Excelência, com todo o respeito, que minha indicação já está protocolada sobre a mesa. Obrigado, senhor presidente. Viva a democracia! Mais um dia absolutamente tranquilo, sem nenhuma agitação, seja qual for a razão da disputa eleitoral. Obrigado, presidente.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Paulo Corrêa.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Senhor presidente, senhores deputados, vou pedir licença para fazer daqui a leitura da minha indicação. Indico à Mesa Diretora, nos termos regimentais e após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Guilherme Alcântara, secretário de estado de Infraestrutura e Logística de Mato Grosso do Sul, e ao senhor Mauro Azambuja Rondon, diretor-presidente da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos (Agesul), solicitando a construção de dois "traffic calming" e a execução de pintura de faixa de pedestre na MS-450, KM 32, nas proximidades da Capela Nossa Senhora Aparecida, no município de Aquidauana. Senhor presidente, essa é uma solicitação do padre Paulo Nascimento e do vereador Wezer Lucarelli, visando ao atendimento em um local onde todos os participantes das festividades de Nossa Senhora Aparecida enfrentam problemas na região. A área está no município de Aquidauana e possui um tráfego muito intenso, o que pode, infelizmente, ceifar vidas. Então, para que não aconteça o pior, estamos pedindo a construção desses dois "traffic calming" e a pintura da faixa de pedestre. Senhor presidente, é próximo de onde existe um local de peregrinação de Nossa Senhora Aparecida, na estrada que liga Camisão a Aquidauana. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Bom dia, senhor presidente! Se o senhor quiser fazer uso da palavra, eu abro... Bom dia, senhor presidente! Colegas parlamentares, assistentes, público presente, TV Alems, Rádio Alems e todos que nos acompanham pelas redes sociais. Senhor presidente, eu trago duas indicações e uma moção de pesar. A primeira indicação, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à prefeita municipal Adriane Barbosa Nogueira Lopes, com cópias autônomas ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Edinei Marcelo Miglioli, e ao diretor-presidente da Agência Municipal de Transporte de Trânsito, Paulo da Silva, solicitando providências urgentes para a drenagem e o alargamento da ponte na rua Veridiana, no Bairro Mata do Segredo, e outras providências que forem necessárias. As constantes enchentes na região, agravadas pela proximidade da temporada de chuvas, têm causado sérios transtornos aos moradores, dificultando o acesso e comprometendo a segurança. Esse pedido vem da população do bairro Mata do Segredo, e já havia sido feito anteriormente à Prefeitura Municipal e, agora está sendo reiterado devido às primeiras chuvas do ano, que já trouxeram grandes transtornos. Portanto, é necessário dar uma atenção especial. O pedido vai ao secretário Marcelo Miglioli e à prefeita para que, o mais rápido possível, se levante a situação no local e se avalie o que pode ser feito a curto prazo, já que as chuvas estão para começar. A médio prazo, medidas mais contundentes são necessárias, mas, a curto prazo, é fundamental fazer algo para evitar esses alagamentos na região. Também quero apresentar uma moção de pesar. Que seja encaminhada moção de pesar aos familiares e amigos da delegada Lourdes Rondon dos Santos Pereira, em razão do seu falecimento ocorrido no dia 14 de outubro de 2024. Se aprovada, a presente moção poderá ser redigida e encaminhada da seguinte forma: a Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, legítima representante da população sul-mato-grossense, por proposição do deputado Caravina, vem consignar seus votos de profundo pesar pelo falecimento de Lourdes Rondon dos Santos Pereira (doutora Lourdes), ocorrido no dia 14 de outubro de 2024. Nascida em 9 de julho de 1945 em Campo Grande (à época Mato Grosso), Lourdes Rondon formou-se em Direito pela antiga Fucmat e tornou-se a primeira mulher a ocupar



o cargo de delegada de polícia em Mato Grosso do Sul, atuando entre 1977 e 1979. Conhecida como a "Dama de Ferro", abriu caminho para que muitas outras mulheres seguissem a carreira de delegada, tornando-se uma referência no combate à criminalidade e na defesa da segurança pública. Sua trajetória foi marcada não apenas pela firmeza e competência profissional, mas também por uma profunda sensibilidade social. Lourdes foi a primeira autoridade policial a implantar programas de reabilitação para menores infratores, criando, em parceria com a prefeitura, o projeto Garis Mirins, que oferecia assistência psicológica, alimentação, educação e uma ocupação digna para jovens em situação de vulnerabilidade. Seu legado de coragem, inovação e dedicação à justiça marcou a história da polícia de Mato Grosso do Sul, deixando uma inspiração duradoura para futuras gerações de profissionais da Segurança Pública. O Parlamento sul-mato-grossense externa suas sinceras condolências aos familiares de Lourdes Rondon dos Santos Pereira e deseja que seu exemplo de profissionalismo, integridade e humanidade seja eternamente lembrado. Senhor presidente, ela foi a primeira delegada de polícia do estado de Mato Grosso do Sul, abriu caminhos e, hoje, sabemos que o quadro da Polícia Civil tem muitas mulheres delegadas que fazem um trabalho competente. Mas, naquela época, em 1977, foi a doutora Lourdes quem abriu o caminho para que essa profissão tivesse mulheres ocupando posições de destaque dentro da Polícia Civil. Essa é a homenagem, uma moção de pesar, aos familiares de Lourdes, que faleceu no último dia 14. Eu gostaria que incluísse, senhor presidente, o nome do deputado Paulo Corrêa também como proponente dessa moção de pesar. Por hoje é só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Seguindo o rito de cerimonial, em que as autoridades mais importantes falam depois, com a palavra, o deputado Paulo Duarte.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) - Bom dia, senhor presidente. Deputado delegado tem sempre precedência. Bom dia, senhores e senhoras. Eu gostaria de apresentar uma indicação. Indico à Mesa, na forma regimental e após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente à prefeita municipal de Campo Grande, senhora Adriane Barbosa Nogueira Lopes, com cópias ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, senhor Ednei Marcelo Migliori, e ao diretor-presidente da Agência de Transporte e Trânsito, senhor Paulo da Silva Santana, solicitando a possibilidade de ser realizado um estudo de viabilidade técnica para que a travessa Itaim passe a ter sentido único de direção, da rua Joaquim Murтинho para a rua Nelson Figueiredo Júnior. Essa solicitação de melhoria do fluxo nessa região foi feita pelo meu querido vereador Carlão, do nosso partido PSB, e a apresentamos hoje nesta Sessão. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) - Com a palavra, o nobre deputado Roberto Hashioka.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) - Bom dia, senhor presidente, Mesa Diretora, caros deputados e deputadas, senhoras e senhores, e aqueles que nos acompanham pela TV e Rádio Alems. Tenho aqui um projeto de lei que institui a obrigatoriedade de as concessionárias de serviço de água e energia elétrica no estado de Mato Grosso do Sul comunicarem ao consumidor a ocorrência de leitura de consumo discrepante, e dá outras providências. Artigo 1º - Institui a obrigatoriedade de as concessionárias de água e energia elétrica no estado de Mato Grosso do Sul informarem ao consumidor a ocorrência de leitura de consumo discrepante. Artigo 2º - Para os fins da presente lei, considera-se consumo discrepante o registrado com acréscimo superior a 35% em relação à medição do mês anterior. Artigo 3º - A comunicação



será realizada, preferencialmente, por aviso na conta de consumo, por meio de SMS, e-mail ou outro meio de comunicação. Parágrafo único - O alerta ao consumidor deverá conter a seguinte mensagem: "Consumo acima da média. Evite desperdício". Artigo 4º - O descumprimento das disposições desta lei sujeitará o infrator às penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor, devendo a multa ser estipulada em regulamentação própria e revertida para o Fundo Estadual de Defesa dos Direitos do Consumidor. Artigo 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação. Senhor presidente, o projeto visa assegurar o direito à informação do consumidor, obrigando as empresas concessionárias de energia ou água a informar a ocorrência de consumo discrepante em suas faturas. Desta forma, o que se busca com o referido projeto é ampliar o direito à informação clara e adequada ao consumidor sul-mato-grossense sobre a existência de consumo discrepante nas faturas de água e energia, visando à economia, melhoria e racionalização do serviço público. Era isso, senhor presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, a nobre deputada Gleice Jane.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Bom dia, presidente, nobres colegas e público que nos assiste. Presidente, eu trago um requerimento de informações para a Secretaria de Estado de Educação, para a qual faço alguns questionamentos sobre concurso público. Nós temos um concurso em vigência, e há um clamor da categoria aguardando a chamada desse concurso. Nesta semana, que é a semana dos professores – ontem, inclusive, comemoramos o Dia dos Professores e das Professoras –, venho aqui questionar a Secretaria de Estado de Educação sobre o quadro de vagas. Fizemos diversos questionamentos para que possamos acompanhar e saber quando, como e quais são as vagas à disposição para a chamada imediata do concurso público na rede estadual. Venho aqui também, ainda na pauta da educação, reivindicar à Secretaria de Estado de Educação e questionar como a secretaria está trabalhando, ou seja, as condições de trabalho dos professores e professoras, neste momento em que enfrentamos condições climáticas bastante difíceis, com o calor e as ondas de calor que vêm ocorrendo desde o ano passado, com a situação que se agrava a cada momento e com as condições de trabalho em salas de aula sem ar condicionado, que se tornam insalubres. Hoje, venho reivindicar e questionar a Secretaria de Estado de Educação sobre como ela pretende lidar com essa situação, que desrespeita não apenas as condições de trabalho, mas, acima de tudo, a qualidade do trabalho desenvolvido pelos professores e professoras, porque em uma sala de aula com muito calor, o rendimento escolar é muito baixo; e isso já ocorria em tempos anteriores. Agora, com essas ondas de calor, percebemos uma preocupação ainda maior. Também venho questionar a Secretaria de Educação sobre a lotação dos professores e a carga horária no ensino médio, já que houve uma mudança recente. Como será organizada essa nova carga horária para o próximo ano? Já estamos em outubro, e é necessário iniciar essa discussão para que os professores possam se preparar e evitar surpresas no momento da lotação, como vem acontecendo nos últimos anos. Muitas vezes, os professores só ficam sabendo das mudanças na educação no momento da lotação, o que gera entraves, problemas e instabilidade emocional. É importante que os professores saiam de férias em janeiro sabendo o que acontecerá no retorno às aulas, pois isso impacta a qualidade do trabalho e também a saúde mental dos professores. Falo isso porque tive essa experiência no ano passado: saí de férias e, ao retornar, enfrentei uma lotação completamente confusa e difícil, que causou muita instabilidade, inclusive afetando minha saúde. Por isso, acho que é importante refletirmos sobre essa questão. Gostaria também de falar sobre uma reivindicação do povo de Corumbá, que, neste momento, está enfrentando a situação dos incêndios. Acho que precisamos fazer esse debate aqui



na Assembleia e no estado, porque desde o ano passado, com as mudanças climáticas, temos visto incêndios por todo o planeta. Especialistas afirmam que estamos na "Era do Fogo", e que isso será uma constante. Como o poder público está lidando com essa situação? Como vamos nos posicionar? Como o poder público vai garantir qualidade de vida para as pessoas nesse contexto? É necessário realizar esse debate. Hoje, há uma reivindicação e uma reclamação do povo de Barra de São Lourenço, em Corumbá. Recentemente, estive em Dourados, em um bairro onde um parque pegou fogo, e a população ficou desesperada. Percebemos que a população não está preparada para lidar com o fogo, e a fumaça se torna um problema em todos os lugares. Para quem está próximo ao incêndio, há pânico e desespero devido à falta de conhecimento sobre como lidar com a situação. Notamos também que o poder público não está estruturado para atender essa demanda. No mais, senhor presidente, eu gostaria de registrar a presença do vereador eleito Franklin, de Dourados, que está acompanhando a Sessão de hoje. O Franklin é um jovem vereador eleito; um jovem LGBT. Nós elegemos, este ano, em Mato Grosso do Sul, três vereadores LGBT que registraram em suas candidaturas essa identidade. Isso é importante e diz respeito à pauta; isso ocorreu em Campo Grande, Ribas do Rio Pardo e em Dourados. O Franklin, desde que foi eleito, vem recebendo muitos ataques homofóbicos, e estamos acompanhando com muita preocupação a forma como esses ataques estão sendo direcionados à comunidade LGBT. Entendo que este é um debate importante para fazermos no espaço da Assembleia, porque aqui precisamos lutar e reivindicar condições democráticas para que as pessoas possam participar dos pleitos eleitorais e ter o direito de estar nesse espaço com segurança. Então, venho aqui para reforçar essa questão. Seja bem-vindo, Franklin, e estamos juntos nessa luta. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, senhores deputados, população que nos prestigia com sua presença, cumprimento também a imprensa e os servidores desta Casa. Senhor presidente, faço uso da palavra no Pequeno Expediente apenas para apresentar uma indicação. Indico à Mesa Diretora, na forma regimental, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado com urgência expediente deste Poder à senhora Adriane Lopes, prefeita do município de Campo Grande, ao senhor Paulo da Silva, diretor-presidente da Agência Municipal de Transporte e Trânsito (Agetran), e ao senhor Edinei Marcelo Miglioli, secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, reiterando a Indicação protocolada sob o nº 05332, de 3 de outubro de 2024, que solicita estudo de viabilidade para implantação de um semáforo no trecho que liga a avenida Alberto Araújo Arruda à rua Afro Puga, no Conjunto Residencial Mata do Jacinto, no município de Campo Grande, em atendimento à solicitação dos moradores. Junto, anexo, está o mapa de localização. É só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Eu quero agradecer a presença da vereadora Lívia, de Rio Brilhante. O próximo orador é o deputado Lucas de Lima. Antes, pela ordem, o deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Senhor presidente, eu só quero cumprimentar o nosso amigo vereador e agora prefeito eleito de Glória de Dourados, Júlio Buguelo. É um prazer recebê-lo aqui na Assembleia, e é uma alegria saber que, a partir do ano que vem, Glória de Dourados estará em suas mãos. Sei da sua dedicação e do seu compromisso com a população de Glória de Dourados. Coloco à sua disposição o nosso mandato. Um abraço.



PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Parabéns pela vitória, Júlio Buguelo. Esta Casa está às ordens para os seus projetos. Com a palavra, o deputado Lucas de Lima.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Bom dia, senhor presidente, nobres deputados e todos presentes aqui nesta Casa de Leis. Parabenizo também o Buguelo, nosso prefeito de Glória de Dourados. Eu trago aqui algumas indicações. Solicito que sejam providenciados, com urgência, o patrolamento e o encascalhamento em toda a extensão da rua Antonio Sevilha, no bairro Jardim Botânico, em Campo Grande. Tal solicitação se faz necessária, pois o local possui desníveis e muitos buracos, encontrando-se intransitável, dificultando o tráfego de carros e pedestres. Pedimos, por gentileza, uma atenção especial no local. Agora, mais uma indicação — desta vez para a cidade de Três Lagoas — ao senhor prefeito municipal Ângelo Guerreiro, com cópia ao secretário municipal de Infraestrutura de Transportes e Trânsito, Osmar Dias Ferreira, solicitando a instalação de um quebra-molas na rua Domingos Rimole, próximo ao nº 352, no Jardim Alvorada, cidade de Três Lagoas. Tal pedido se faz necessário, pois no local existe um grande movimento de veículos, colocando em risco a vida dos moradores. Também faço mais uma solicitação, agora para o bairro Santa Emília, em Campo Grande, ao secretário municipal de infraestrutura Ednei Marcelo Miglioli, solicitando que providencie, com urgência, o patrolamento e encascalhamento em toda a extensão da rua Abatixi, no Bairro Santa Emília. Tal solicitação se faz necessária devido aos buracos e crateras existentes na via; o local encontra-se intransitável, dificultando a passagem dos moradores. São essas as minhas indicações. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, a deputada Lia Nogueira.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Muito bom dia, presidente, integrantes da Mesa Diretora, colegas parlamentares, público que nos acompanha neste Plenário e as pessoas que nos acompanham pela TV Alems e Rádio Alems. Trago hoje, presidente, uma indicação ao senhor governador Eduardo Riedel, ao secretário de estado de Infraestrutura e Logística e também ao prefeito de Dourados, solicitando a realização de obras de pavimentação asfáltica no Travessão do Castelo, via que interliga o prolongamento da avenida Marcelino Pires à Perimetral Norte, em Dourados. Essa solicitação já havia sido feita no ano passado; estamos, na verdade, reiterando esse pedido, porque é um anseio muito grande da população daquela região, pois é uma importante via de acesso e, portanto, necessita dessas obras com urgência. Também apresento hoje, uma indicação ao governo do estado, por meio do senhor Guilherme Alcântara, secretário de estado de Infraestrutura, solicitando a destinação de recursos para a realização de obras de iluminação no trecho de treze quilômetros da MS-147, entre a BR-376 e o distrito de Culturama, em Fátima do Sul. Esse trecho de treze quilômetros apresenta sérios riscos para motoristas e pedestres devido à falta de iluminação adequada. Vale destacar também que é uma importante via, com movimento intenso e fluxo de veículos, portanto, necessita dessa obra. Por fim, presidente, apresento uma indicação, e se não tivermos uma resposta em relação a isso, estamos também pretendendo transformá-la em requerimento, de alguma forma, pedindo explicações à Prefeitura de Amambai, ao senhor Edinaldo Luiz de Melo Bandeira, prefeito de Amambai, para que responda por que desligou os professores de apoio que atendem crianças no município de Amambai, porque houve corte desses profissionais que são de extrema importância para atender nossas crianças e os nossos adolescentes atípicos. Como mãe atípica, recebi essa denúncia na semana passada; e esta semana pais e a comunidade escolar realizaram uma manifestação em Amambai, e veio essa



informação. Ninguém sabe ao certo o porquê de isso ter ocorrido. O fato é que esses professores de apoio, professores de sala de recursos multifuncionais, foram simplesmente dispensados em Amambai, sem nenhuma justificativa plausível. Essa dispensa tem prejudicado e causado impactos negativos na educação inclusiva no município, afetando diretamente alunos atípicos, como autistas, portadores de síndrome de Down e também pessoas com deficiência. Esses profissionais são essenciais para garantir que alunos com essas deficiências possam ser integrados à educação no ensino regular e tenham formação, assim como os demais estudantes, já que é uma previsão legal. É inadmissível isso ocorrer em Amambai. Ontem, nós comemoramos o Dia dos Professores e agora recebemos a notícia, deputado Pedro Kemp, de que esses professores foram desligados. Essas crianças estão fora da sala de aula, sem nenhum atendimento na sala multifuncional e muito menos com o professor de apoio. É algo inadmissível, um retrocesso total. E não é porque ele é um prefeito do meu partido que vamos fazer vista grossa e não vamos cobrar. Enquanto deputada estadual, não podemos ficar com os olhos vendados para esse problema, pois a população de Amambai está gritando por uma solução. Estamos fazendo essa indicação para que possam nos responder e, caso o prefeito não responda, entraremos com requerimento nesta Casa de Leis, cobrando explicações. É inconcebível, em pleno século XXI, que tenhamos crianças atípicas fora da sala de aula sem o professor de apoio e sem a sala multifuncional. Isso realmente é um desmonte na educação no município de Amambai. Por hora é isso. Obrigada, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registramos e agradecemos a presença do senhor João Gomes Rocha, o Joãozinho, vereador do município de Maracaju; do senhor Alessandro Moreira Chaves, o Alemão, vereador do município de Nova Andradina; do senhor André Vedovato, vereador do município de Miranda; da senhora Livia Dias, vereadora eleita do município de Rio Brillhante, com atenção especial do nosso vice-presidente, deputado Renato Câmara, que já fez aqui os seus cumprimentos. Agradecemos a presença do senhor Franco, vereador eleito do município de Dourados; da Amanda Inácio, vereadora eleita do município de Aparecida do Taboado; do Mateus Vicente da Costa, vereador reeleito do município de Aparecida do Taboado; da Patrícia dos Santos, a Patrícia da Saúde, vereadora do município de Aparecida do Taboado; e do senhor Anilson Prego, vereador do município de Amambai. Obrigado a todos pela visita à Assembleia Legislativa. Eu queria registrar e convidar os senhores deputados, avisando que hoje é o nosso penúltimo treino da Assembleia, com a instrutora Carol Gutierrez, aberto a todos os servidores e a todos os deputados, às 17h, na rampa. Eu vi o deputado Paulo Duarte. Nós vamos ter um treino para a corrida, então, as pessoas que não foram à academia cedo têm a oportunidade, hoje, às 17h, de voltar a fazer esse treino.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — São três considerações que reputo importantes fazer. A primeira consideração positiva que faço, é que chama a atenção o quanto a população de Campo Grande e, conseqüentemente, deste estado, acompanha hoje, através da TV Assembleia, da rádio e das redes sociais, enfim, as atividades desta Casa. Isso é algo extremamente positivo. Sabe por que, presidente, me chama atenção positivamente a preocupação que o povo tem em acompanhar as sessões? Ontem, deste microfone, fiz um comentário sobre o que me preocupou no domingo. No domingo, encerradas as eleições, eu chamei Dona Gilda, minhas filhas, minhas



netas, e disse: "Amanhã ninguém sai de casa, porque muito provavelmente na segunda-feira a cidade vai estar parada, o estado vai estar parado, as estradas bloqueadas, o povo acampado na frente dos quartéis, o povo xingando as eleições, pois todo mundo é contra as urnas." E eis que — eu comentei aqui —, graças a Deus, não aconteceu absolutamente nada! Vida normal, vida que segue. Alguma coisa está errada, porque a urna é a mesma, o processo eleitoral foi o mesmo e não houve manifestação. Impressionante! Quantas pessoas me ligaram, me cumprimentando pela fala simples, pelo registro que fiz aqui! Houve muitos comentários nas redes sociais, ou seja, as pessoas acompanham as atividades desta Casa. É por isso que me reporto ao registro que fiz ontem. O segundo registro, senhor presidente, é sobre a eleição em Curitiba. O candidato que saiu em quarto lugar, que fez um número mínimo de votos, teve como vice a mulher do Moro. Então, eu vi uma entrevista dele hoje, dizendo: "O que me atrapalhou foi o Moro, a soberba, a arrogância, a incapacidade eleitoral e a fragilidade da mulher do Moro. Ou seja, o deus de pés de barro desmontou. O tal do Moro, que era um justiceiro neste país — em nome do Bolsonaro, e que depois foi ministro do Bolsonaro — virou nada! Virou absolutamente nada! Graças a Deus, a consciência cívica da população brasileira começa a tomar forma e perceber a grande montagem, a grande farsa que foi feita nas eleições de 2018 e 2022. Por último, presidente, sei que Vossa Excelência, assim como eu, gosta de um bom futebol. Quero registrar que ontem o Brasil ganhou, graças aos jogadores do Botafogo; ontem, a chamada "Selefogo" fez 4 a 0. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Parabéns à "Estrela Solitária". Encerrado o Pequeno Expediente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (*De autoria do deputado Antonio Vaz: uma indicação (Prot. nº 3209/2024). De autoria do deputado Caravina: uma indicação (Prot. nº 3206/2024). De autoria do deputado Junior Mochi: uma indicação (Prot. nº 3200/2024); um projeto de lei (Prot. nº 3201/2024). De autoria da deputada Lia Nogueira: um projeto de resolução (Prot. nº 03199/2024). De autoria do deputado Lucas de Lima: duas indicações (Prot. nºs 3203/2024, 3204/2024). De autoria da deputada Mara Caseiro: uma indicação (Prot. nº 3210/2024); um requerimento (Prot. nº 03211/2024). De autoria do deputado Pedro Kemp: uma indicação (Prot. nº 3208/2024). De autoria do deputado Paulo Duarte: uma indicação (Prot. nº 03205/2024). De autoria do deputado Roberto Hashioka: um projeto de lei (Prot. nº 03207/2024). De autoria do deputado do Zeca do PT: uma indicação (Prot. nº 3202/2024).). Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Com a palavra, o deputado Junior Mochi. Vossa Excelência dispõe de trinta minutos.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — sem revisão do orador — Senhor presidente, senhores deputados, cumprimento todos que prestigiam nossa Sessão com suas presenças. De modo especial, cumprimento a vereadora eleita de Rio Brillhante, a Lívia, e, em seu nome, estendo os cumprimentos a todos os eleitos no último processo eleitoral. Senhor presidente, o que me traz hoje à tribuna é um assunto que interessa a todos aqueles que participam da atividade política. Antes e após as eleições, tenho discutido muito essa questão do processo eleitoral, e, por unanimidade, todos com os quais conversei compartilham o mesmo senso comum: não dá mais para termos eleições a cada dois anos. O processo eleitoral, em nível nacional, precisa ser unificado, para o bem do país, para o bem do próprio processo eleitoral e daqueles que participam, mas, principalmente, pela redução de custos. A cada dois anos, enfrentamos um processo eleitoral. Chegamos aqui, trabalhamos um ano, e no seguinte já começa o processo eleitoral. Assim que ele termina, temos mais um ano de trabalho e, logo depois, outro processo eleitoral. Enquanto detentores de mandato, ou não, todos que participam da atividade política — no ano do processo eleitoral, especialmente nos três ou quatro meses que o antecedem — acabam se envolvendo



diretamente, e o foco de sua atuação passa a ser o processo eleitoral. Então, senhor presidente, venho aqui para dizer a esta Casa que vou propor uma emenda...

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Permite-me um aparte, deputado?

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Permito. Antes, quero apenas concluir essa parte do meu pronunciamento, senhor presidente. A Constituição Federal dispõe, em seu artigo 60, que a Constituição poderá ser emendada mediante proposta: 1 - De um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal; 2 - Do Presidente da República. 3 - De mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da federação, manifestando-se cada uma delas pela maioria relativa de seus membros. Ou seja, se mais da metade das Assembleias do país aprovarem um projeto de emenda constitucional alterando o processo eleitoral, para que haja eleições a cada cinco ou seis anos, unificando os processos, esse projeto tramitará livremente na Câmara Federal e no Senado Federal, no Congresso Nacional, como emenda constitucional apresentada pelas Assembleias Legislativas do país. Eu acho que está na hora de a Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul iniciar um processo dessa natureza, e tenho certeza de que, embora não esteja em discussão na pauta do Congresso Nacional, quando o assunto chegar, ele vai tomar conta, e a sociedade, como um todo, vai apoiar. Se você perguntar para dez pessoas, as dez dirão a mesma coisa: ninguém aguenta mais processos eleitorais a cada dois anos. Nós precisamos unificar e reduzir despesas, além de otimizar os custos. Você tem um processo eleitoral municipal agora e, chega dia 3 de julho, suspende-se tudo e não acontece nada; não se pode transferir recursos para o município, as obras não acontecem e paralisam. Isso é um atraso para o país, principalmente, para os estados e os municípios. Concedo o aparte ao ilustre presidente desta Casa, deputado Gerson Claro.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Deputado Junior Mochi, primeiro, parableno-o pela manifestação. Eu tive a oportunidade, por um "insight"... Logo que eu votei na Escola Pedro Aleixo, no município de Sidrolândia, ao sair da votação alguns órgãos de imprensa vieram fazer algumas perguntas sobre o processo eleitoral, sobre democracia, e, como sempre, fizemos uma manifestação a respeito do processo democrático. É um momento de disputar eleições, os embates eleitorais e a disputa. Naquele momento, manifestei a minha preocupação com os processos eleitorais a cada dois anos. Estamos vivenciando uma realidade em que o prefeito se elege e, no primeiro ano, ele tem que arrumar a casa; e isso é normal. No segundo ano, ele começa a participar de um processo eleitoral estadual. Então, em um ano ele arruma a casa e, no outro, se preocupa com o processo eleitoral estadual. O governador se elege, tem um ano para organizar a casa, seu projeto, e, no segundo ano, ele tem que se preocupar com o processo eleitoral municipal. Além disso, há uma preocupação com os processos de reeleição. É comum acontecer a eleição, e a pessoa assume a posição preocupada com suas alianças e com o estabelecimento de um processo que o levará à reeleição, deixando em segundo plano a preocupação com a população. Temos a PEC nº 19/2020 no Senado, que é do deputado Wellington, de Mato Grosso, e uma série de outras PECs que já unificam a eleição e tratam, inclusive, do fim da reeleição e da instalação de um mandato de cinco anos. Quero registrar, para Vossa Excelência, que, no meu ponto de vista, temos que fazer uma manifestação e escolher qual dessas PECs atende melhor a uma manifestação da Casa, pedindo a unificação nacional da eleição e também o fim da reeleição para o Executivo, com um mandato de cinco ou seis anos. Isso é um assunto para a gente discutir. Essa é a minha ideia, deputado.



DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Agradeço e incorporo o seu aparte.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Permite-me um aparte, deputado?

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — E apoio a proposição de Vossa Excelência, até porque é um assunto da Casa. Eu estou apenas trazendo o tema, pois há uma discussão em qualquer lugar que você vai: não há quem aguente um processo eleitoral a cada dois anos. Foi dito hoje que os municípios não podem receber transferências de recursos voluntários até concluir o segundo turno das eleições. Muitos não têm segundo turno, mas, mesmo assim, estão impedidos por força da lei. Segundo, quando é a outra eleição, que é a eleição de governo, o governo também não pode transferir, porque está impedido por força de lei. Ora, as políticas públicas acontecem nos municípios; a execução da maior parte das tarefas públicas que dizem respeito ao cidadão, no seu interesse, no dia a dia, é de competência do município, que as faz de forma direta ou em parceria com a União e com os estados. Ora, se não há como transferir os recursos, para-se a execução de inúmeras ações e obras que estavam previstas orçamentariamente, então é um absurdo; o país perde muito com isso. Portanto, ouço com o maior prazer o aparte de Vossa Excelência, deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Muito obrigado, deputado Junior Mochi. Primeiro quero fazer um registro. Eu tenho por Vossa Excelência, cada vez mais, uma enorme confiança, uma enorme expectativa e um enorme respeito, pela sua lucidez, pelo seu preparo intelectual, pela sua formação e pelo histórico que tem. Faço um registro público, independentemente de diferença política, partidária ou ideológica. Em segundo lugar, em cima desse respeito, eu me permito fazer um aparte. Eu já fui um árduo e grande defensor de eleições a cada seis anos, mas me converti; eu sou contra. Eu não assino a PEC. Por quê? Porque é uma forma de distribuição de renda, deputado. A direita — através de seus vereadores e seus cabos eleitorais — compra voto; e isso é verdade. Deixa distribuir renda para o povo mais pobre. Por mais esdrúxula que possa parecer minha intervenção, digo que eu andei este estado inteirinho dizendo ao povo mais pobre: "se o vereador da direita oferecer, não aceite cinquentão; peça duzentos! Depois dê a eles uma banana e vote no outro candidato!" É assim que nós vamos educar a chamada "classe política", que não é classe coisa alguma. Tem que tomar dinheiro! Portanto, a eleição a cada dois anos é absolutamente salutar; por mais esdrúxula que pareça a minha intervenção. Deixe esse "povo" distribuir renda, porque o povo precisa comer.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Deputado Zeca do PT, também nutro por Vossa Excelência uma enorme admiração; o senhor sabe disso. Temos uma relação pessoal de longa data, mas ousa discordar totalmente do pronunciamento. É um direito, obviamente, e é um posicionamento que eu respeito. Contudo, ousa discordar, porque não é assim que faremos a distribuição de renda, mas sim com políticas públicas eficientes, que garantam que o dinheiro chegue, de fato, ao cidadão, cobrando daqueles que ocupam os espaços de poder. O que eu digo sobre a unificação é justamente para reduzir as despesas, já que hoje grande parte dos recursos que chegam são financiamentos públicos. É dinheiro público que chega ao cidadão através do financiamento público de campanha, dos fundos eleitorais e da distribuição feita pelos partidos. Os partidos maiores e mais representativos, obviamente, terão e têm uma verba maior a ser distribuída aos seus, até porque têm mais representantes e uma demanda maior junto à sociedade e uma representatividade maior. Concedo o aparte ao ilustre deputado Coronel David.



DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Deputado Junior Mochi, primeiro, agradeço a Vossa Excelência pela oportunidade de apartear-lo neste momento. Como o deputado que me antecedeu, também tenho uma enorme admiração por Vossa Excelência. O senhor eleva a régua deste Legislativo, atendendo assim às expectativas do povo de Mato Grosso do Sul. Concordo com Vossa Excelência com relação à proposta da eleição a cada seis anos. Mas, respeitando, deputado Zeca do PT, peço que o senhor não fuja do Plenário! Eu respeito o deputado Zeca do PT, apesar da diferença ideológica, os cabelos brancos dele; ele foi governador do estado e me promoveu a coronel da PM. Eu sou muito grato a ele; é uma gratidão enorme. Porém, a nossa diferença ideológica não me permite concordar com ele. Lamento, deputado, lamento. Tudo que Vossa Excelência falou com relação à direita eu julgo como uma grande ofensa a todos aqueles que buscam a eleição para representar o povo de seu estado e de seu município. Acho que isso já é desespero da esquerda, porque não conseguiram eleger nem um terço das prefeituras que pretendiam. E eu não tenho dúvida alguma de que, em 2026, nós vamos tirar o PT da presidência da República e extirpar esse mal que, infelizmente, engana o povo e promete muito. Esse é o retrato do povo brasileiro: um governo federal ruim, péssimo, quebrando todas as estatais brasileiras. Deputado Junior Mochi, e não quero ficar falando dessas coisas, mas concordo com Vossa Excelência, pois realmente temos que mudar esse posicionamento político, porque não há quem aguente, principalmente nós deputados. Vossa Excelência sabe o que eu estou dizendo, então concordo com o senhor, mas lamento profundamente que o deputado Zeca do PT tenha utilizado um assunto tão importante para falar coisas que, infelizmente, desagradam boa parte da população de Mato Grosso do Sul. Pelo respeito a Vossa Excelência, eu deixo aqui patenteado meu apoio a essa ideia. Lamento, ainda, essas outras coisas que foram faladas aqui, que não têm nada a ver com aquilo que Vossa Excelência mencionou. Parabéns, deputado Junior Mochi!

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Agradeço o aparte.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Essa pressão aqui atrás de mim... O PT, atrás de mim, aqui não é fácil. Mas eu respeito os dois, e vou combatê-los até o último momento. Obrigado, deputado.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Eu que agradeço, deputado Coronel David. Na verdade, eu me propus a fazer um discurso de dez minutos, mas, diante da importância do tema e dos apartes que quero ouvir, até porque nós vivemos na democracia e no respeito às opiniões divergentes de cada um. Deputada Gleice Jane.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Deputado Junior Mochi, venho aqui para colaborar nesse debate, que eu acho importante. Primeiro, quero dizer ao deputado Coronel David que a democracia permite que a gente debata e discorde; vale tudo. O que não vale é rezar para o pneu, essas coisas que não fazem muito sentido. Mas na democracia o debate é salutar, é fundamental. E, obviamente, o deputado Zeca do PT vem aqui ironicamente e apresenta situações que são sérias também para a democracia, porque, em um processo eleitoral, a gente que anda pelas ruas — e eu andei pelas ruas batendo de porta em porta, pedindo voto para os meus candidatos, junto com eles — é muito comum ouvir, nas casas, as pessoas perguntarem: "Mas quanto você vai pagar?" E se o povo pede, é porque alguém paga. Então, existe, sim, no país, uma cultura de compra de votos, e nós não podemos colocar isso embaixo do tapete; isso precisa ser debatido, precisa ser discutido. A gente não fortalece a democracia com esse modelo político de compra de votos. E a gente faz esse enfrentamento corpo a corpo com a população. Em todas as



eleições que participei, eu fiz esse debate dizendo: "A gente não compra voto, não; a gente paga com trabalho." E quem compra voto não paga com trabalho e não tem responsabilidade depois. O poder do dinheiro fez muita diferença nessas eleições, e a gente percebe isso, e precisamos compreender como, sempre, o poder econômico define o processo eleitoral. Mas, diante da proposta que o deputado Junior Mochi apresenta aqui, deputado, eu queria concordar com o deputado Zeca do PT, ainda que ironicamente, de outra forma. Eu sou militante de movimento social, faço parte das lutas sociais e estou junto com o povo que é pobre. O povo pobre só tem política de governo em período eleitoral. Em período eleitoral, a gente vê as cidades bonitas, as cidades limpas, e remédios chegando ao posto; fora desse período, o povo é esquecido. Como professora e sindicalista, eram nos períodos eleitorais que conseguíamos avanços para garantir políticas de valorização da educação. Quando não estamos em período eleitoral, quanto mais tempo demoramos sem eleição, mais tempo demoramos sem valorização do povo. Infelizmente, no modelo de democracia que temos no país, em que a compra do voto ainda é a grande alternativa e a grande solução dos problemas da democracia — hoje se compra no país, deputado Zeca — precisamos compreender que o momento eleitoral é o momento de debater com a população. E a gente fortalece a democracia no "tête-à-tête", debatendo, conversando. E quanto mais tempo a gente ficar sem período eleitoral... É cansativo, sim, para nós que estamos nesse espaço; é cansativo. Mas a gente não veio aqui também para ter férias; a gente está aqui para trabalhar. Eu acho que a eleição a cada dois anos é fundamental para fortalecer o debate, garantir que o povo tenha a oportunidade de divergir, de concordar, de discordar, de fazer suas escolhas e para que o povo seja atendido, de fato. Então, acho que esse debate é importante. Agradeço sua proposta aqui, porque considero um debate fundamental, mas ele tem que ser feito junto com o povo, principalmente com o povo pobre, que é o que mais precisa e mais depende da democracia no país. Obrigada.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Agradeço, deputada Gleice Jane.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Um minuto.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Novamente, pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Até porque a minha querida colega companheira deputada Gleice Jane já falou por mim. Eu fui irônico, deputado Junior Mochi, é verdade, e eu não sou hipócrita. A verdade que prevalece numa disputa eleitoral — pergunte para os vereadores que aí estão — é o dinheiro; a compra de votos deliberada, sem que — não sei se há instrumentos ou não — a Justiça Eleitoral, o Ministério Público, enfim, façam absolutamente nada para coibir. Eu me pergunto, sem hipocrisia, e agora sem ironia: será que a preocupação legítima que Vossa Excelência traz, de ampliar o mandato de dois para seis anos e de realizar uma eleição a cada seis anos, vai resolver o problema da compra de votos, da distribuição farta de dinheiro, que a gente não sabe de onde vem? E não interessa aqui a discussão. Não interessa programa de governo, não interessa proposta; o que interessa é quem dá mais. O que o deputado Coronel David disse é real. Nessa circunstância que nós entendemos — infelizmente até como uma anormalidade no contexto — é muito difícil competir, até porque a gente não tem dinheiro e não quer fazer essa política. A alternativa que a gente tem é dizer: "Pegue! E pegue bastante, porque acontece a cada dois anos!" Mas a verdade que prevalece é o dinheiro, e eu confesso que tenho dúvidas se eleições a cada seis anos vão resolver esse problema. Obrigado.



DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Bom, primeiro quero agradecer novamente o seu aparte e dizer ao senhor, deputado Zeca do PT, que a minha colocação foi no sentido de unificar o processo, não discutir se será de seis, quatro ou cinco anos. Existem várias teses que defendem um ou outro período. O que estou colocando de forma clara é que existe um dispositivo na Constituição Federal para que as Assembleias Legislativas do país, caso mais da metade vote favoravelmente, possam fazer tramitar um projeto de emenda constitucional. O presidente traz uma colocação importante, pois já existem algumas PECs tramitando, e obviamente a Casa pode se manifestar — enquanto representante do povo sul-mato-grossense — junto ao Congresso Nacional, apoiando uma ou outra PEC que discutiremos aqui dentro. Entretanto, o que coloco é a paralisação do serviço público em função do processo eleitoral e o desvio do foco daqueles que atuam no dia a dia. Ora, você suspende toda a transferência de recursos do estado para os municípios desde o dia 5 de junho até a conclusão do pleito eleitoral. Não pode transferir nada, exceto as transferências obrigatórias previstas em lei. Então, obviamente, os projetos orçamentários, os recursos, as emendas, as obras e as ações ficam todas paralisadas durante esse período. Agora, temos o ano que vem, quando haverá eleição governamental. Isso também paralisa tudo, porque o estado não pode transferir para os municípios. Ora, se o estado não transfere, onde as políticas públicas são executadas? Quem constrói o posto de saúde? Quem licita e pavimenta as obras? É o município, e o município deixa de executar. Então, em um período de quatro anos entre uma eleição e outra, com duas eleições nesse intervalo, nós vamos paralisar os municípios, as ações e as políticas públicas por no mínimo oito ou nove meses, o que representa quase 30% de todo o período. Por uma questão prática, entendo que a unificação do processo eleitoral é importante para o país. Vamos discutir isso, se será cinco, quatro ou seis anos. Não estamos discutindo o prazo em si. Obviamente, a melhor distribuição se faz com políticas públicas eficientes, com políticos sérios, verdadeiramente comprometidos com as causas da população. Temos, obviamente, um país com pessoas boas e ruins em todos os setores, não apenas na política. A melhoria da consciência e da educação, com investimentos públicos reais, é o que dará ao cidadão, que nos representa e recebe o voto de confiança da população, o verdadeiro compromisso de ser um servidor público, seja com mandato ou não. Concedo a palavra com satisfação ao deputado Lidio Lopes.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Deputado Junior Mochi, eu parablenizo Vossa Excelência por trazer esse assunto à pauta no momento em que estamos exatamente em um pleito eleitoral. Tenho o mesmo entendimento de Vossa Excelência e defendo essa pauta da unificação das eleições, porque, na verdade, ninguém mais aguenta esse processo eleitoral. Hoje, o tempo é muito otimizado; assumimos o mandato, e parece que, após alguns dias, já estamos em outra eleição. E não tem jeito. Você começa a ver que a própria população não aguenta mais esse pleito; não aguenta mais essas eleições uma em cima da outra. Você sai de uma campanha e já entra na outra, porque as pessoas estão antecipando; já começa o ano e já se discute a eleição seguinte. E ninguém aguenta isso, presidente. Por quê? Porque a demanda é muito grande. A prova está na resposta dessa eleição: 26% do eleitorado não compareceu às urnas para votar. Por quê? E olha que a eleição municipal é a que mais mobiliza o comparecimento, porque é a base; são os vereadores. É a eleição municipal que mobiliza para levar as urnas, e 26% não foram. Por quê? Porque as pessoas não querem mais. Estão enjoadas. Eu defendo uma eleição única. Você monta uma chapa de vereadores até presidente da república e pronto! Você organiza os times, os parceiros dos municípios, seja para vereador ou para prefeito; cada um define o que quer disputar e vem para o pleito. A gente faz isso com muita tranquilidade. A questão é que ninguém aguenta mais. É um custo de uma eleição municipal e, depois, é um custo de uma eleição majoritária que



passa pelo município, pelo estado e vai em nível federal. É muito grande esse peso. A máquina para! Não vou longe: aqui em Campo Grande, a prefeita Adriane assumiu com inúmeras obras paradas, judicializadas, e foi destravando. Ela conseguiu rescindir contratos, religar obras, mas não conseguiu fazer andar. Por quê? Porque entrou o pleito eleitoral. E aí vem aquela fala: "Ah, obras feitas na porta da eleição." Foi o tempo que deu. E hoje Campo Grande perde inúmeras obras que poderiam ser executadas, porque estamos no período eleitoral. Daqui a pouco, será a mesma coisa para o governo do estado. É isso. E essa dificuldade que estamos tendo hoje, de ver as máquinas municipais e a máquina do estado parando no período eleitoral. Vossa Excelência tem razão, e eu também defendo a ideia de que temos que trabalhar, daqui para frente, fazendo essa defesa para termos uma eleição unificada. Muito obrigado.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Agradeço e incorporo o seu aparte, deputado Lidio Lopes, ao mesmo tempo em que concluo o meu pronunciamento, deixando aqui nesta Casa esse assunto que é a reforma política, que é a mãe de todas as reformas, e que é fundamental. Entendo que, para que nós tenhamos uma evolução dentro da política nacional, é necessário respeitar a boa aplicação dos recursos públicos. Ao encerrar, quero agradecer aqui a presença do vereador Valdecir Malacarne e do vereador Perkão, ambos eleitos no nosso grande e promissor município de São Gabriel do Oeste. Parabéns a vocês pela eleição. Obrigado pela presença e, em nome deles, saúdo todas as demais autoridades que estão presentes participando da nossa Sessão. Muito obrigado, senhor presidente.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Coronel David.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Quero apenas para registrar, com muita alegria e satisfação, os vereadores eleitos de Aparecida do Taboado: vereadores Amanda da Saúde, Matheus Costa, Patrícia da Saúde, Ber Galter e Carlinhos. Cumprimento e parabéns aos demais que estão no Plenário, em nome da Assembleia Legislativa, pela grande vitória. Eles têm esse compromisso firmado com a população de Aparecida do Taboado, para fazer a diferença e realmente fazer a política ser bem vista pelo povo da cidade que eu adoro. Muitas pessoas da minha família moram em Aparecida do Taboado, e tenho um carinho enorme por essa cidade. Tenho certeza de que esses vereadores vão honrar os votos de todos aqueles que os escolheram nessa difícil campanha eleitoral que aconteceu no município.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Paulo Corrêa.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Para colaborar com essa fala do deputado Coronel David, afirmo que a Assembleia Legislativa está a sessenta dias apaixonada.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Parabéns, em nome da Casa, todos os vereadores, especialmente os já nominados pelo deputado Coronel David, da terra do "Sessenta Dias Apaixonado" e futura estância turística de Mato Grosso do Sul. Espero que esse



projeto seja vitorioso. Quero cumprimentar os vereadores Paulo Campos, de Coronel Sapucaia; Júlio Cleverton, de Glória de Dourados; Evaldo Carlos, Jeferson, Kaudi Filho e Jaderson, de Mundo Novo; Carlinhos do Lageado, de Aparecida do Taboado; Valdecir Malacarne e Elson Freire, de São Gabriel do Oeste; e também Denis Diogo, de Fátima do Sul, que assumirão no dia 1º de janeiro. Receba os nossos cumprimentos, Denis, meu amigo pessoal. Encerramos o Grande Expediente. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Convido o deputado Paulo Corrêa para assumir a presidência enquanto participamos de uma audiência.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte e três deputados e deputadas presentes. Há quórum para deliberação.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Havendo quórum para liberação, por ordem do presidente deputado Gerson Claro, passemos ao Item 1 da Ordem do Dia. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 214/2024. Autor: Poder Judiciário. Ofício nº 168.0.073.0157/2024. "Cria a Vara Judicial na estrutura do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul e promove alterações na Lei nº 1.511, de 5 de julho de 1994". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relatora a deputada Mara Caseiro. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Mesmo estando no processo de votação, eu gostaria de lembrar aos senhores deputados que amanhã serão votados todos os projetos de resolução, de Título de Cidadão e de Comenda do Mérito Legislativo, para que a gente possa fazer uma grande festa aqui no próximo dia 31 de outubro de 2024.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, pela ordem, o ilustre ex-governador, deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, enquanto os colegas concluem sua votação, eu gostaria de fazer o seguinte registro. Vossa Excelência e esta Casa sabem — até porque houve a presença de vários colegas — que foi feita uma audiência pública pela Comissão da Agricultura Familiar, Indígenas e Quilombolas nesta Casa, com a presença do ministro do Desenvolvimento Social, Wellington Dias, e do ministro do Desenvolvimento Agrário, Paulo Teixeira. O tema foi a situação crítica vivida pelos assentados naquele período, particularmente as vítimas de fogo nos assentamentos da região de Itaquiraí, Corumbá, Sidrolândia e Terenos. Comunico a Vossa Excelência que um dos pleitos apresentados naquela audiência pública foi o atendimento emergencial com cestas básicas por parte do governo federal. O governo Lula atendeu, e todos os assentamentos receberam as cestas necessárias para atender emergencialmente aquela população. Portanto, senhor presidente, feito esse registro, informo que provavelmente estarei indo a Brasília na próxima semana, ou na seguinte, para fazer um agradecimento pessoal, em nome desta Casa, aos dois ministérios, o de Desenvolvimento Social e o de Desenvolvimento Agrário. Na oportunidade, devo fazer um convite pessoalmente ao presidente Lula, para que venha, se possível ainda este ano, ao nosso estado, realizar a entrega de aproximadamente três mil escrituras definitivas aos assentados, como consequência do trabalho extraordinariamente sério realizado pelo superintendente do Incra, o companheiro Paulo Roberto, e a superintendente do MDA, a companheira Marina. Portanto, fica aqui o registro de agradecimento em nome da Comissão da Agricultura Familiar e — se me permite — em nome da Casa, ao governo federal pela sua sensibilidade e atendimento daquela demanda. Obrigado, senhor presidente.



PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Participei, deputado Zeca do PT, com Vossa Excelência, da reunião com o governador Eduardo Riedel e com o prefeito de Itaquirai, Tales Tomazelli. E eu queria dizer a Vossa Excelência que, pelo atendimento pronto que conseguiu do governo federal e do governo do estado, designo Vossa Excelência em missão oficial, para que faça esses agradecimentos em nome da nossa Casa. Em votação.

Projeto de Lei nº 214/2024, de autoria do Poder Judiciário.

Presidente — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.



DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Encerrada a votação. Solicito o resultado da votação ao segundo-secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte e um votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Aprovado. Vai à segunda discussão. Item 2. Em redação final. Projeto de Lei nº 051/2024. Autor: deputado Junior Mochi. "Dispõe sobre as práticas e condutas em temporadas de compras, no estilo *black friday*, nos estabelecimentos comerciais do estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências". A redação final foi elaborada pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, só para esclarecer, o objetivo é evitar os falsos aumentos que dão desconto em cima dos aumentos dos produtos. Para você entrar em uma loja que coloca um produto na *black friday* e o restante todo não está. Então, quem adere tem que deixar claro para o consumidor quais são os produtos, qual o valor original e de quanto é o desconto que está sendo dado, apenas para preservar o consumidor.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Perfeitamente.

Projeto de Lei nº 051/2024, de autoria do deputado Junior Mochi.

Presidente — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.



DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Encerrada votação. Solicito o resultado da votação ao segundo-secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte e um votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Aprovada a redação final. Vai ao Expediente. Item 3. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 105/2024. Autor: deputado Antonio Vaz, campeão de projetos na Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul. "Acrescenta dispositivo ao artigo 4º, da Lei nº 4.525, de 8 de maio de 2014, que estabelece a prioridade de matrícula nos estabelecimentos de ensino da rede pública do estado de Mato



Grosso do Sul, para crianças e adolescentes vítimas e/ou filhos de mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, e dá outras providências”. A Comissão de Trabalho, Cidadania e Direitos Humanos emitiu parecer favorável, por unanimidade, à Emenda Substitutiva Integral 02, tendo como relator o deputado Renato Câmara. A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher e Combate à Violência Doméstica e Familiar emitiu parecer favorável, por unanimidade, à Emenda Substitutiva Integral 02, tendo como relatora a deputada Lia Nogueira. Em discussão.

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Para discutir, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Para discutir o projeto, o autor, deputado Antonio Vaz.

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — O nosso estado, infelizmente, tem um índice muito grande de violência contra a mulher, incluindo o feminicídio. Pensando nisso — e atendendo várias pessoas nessa situação que, quando há medida protetiva não conseguem vagas nas escolas públicas — nós elaboramos este projeto para atender essas mães que sofrem essa situação. Assim, mulheres vítimas de violência doméstica terão prioridade na matrícula, transferência e rescisão da matrícula de seus filhos na rede pública estadual de ensino, para garantir a segurança da família em caso de mudança de endereço. Elas mudam de endereço para poder se defender do agressor, mas não conseguem ter essa vaga imediatamente; assim, a criança perde no seu ensino. E nós, para garantir essa transferência, fizemos esse projeto. Esse projeto torna obrigatória a apresentação, por parte das mães, do pedido de medida protetiva que comprove o risco à integridade física, psicológica, patrimonial, moral ou sexual da mulher ou de seus dependentes. Há também um problema sério de discriminação contra essas mulheres e essas crianças nas escolas. Assim, fica proibida essa discriminação contra essas mães e crianças nas escolas. O sigilo é muito importante, e as escolas devem manter esse sigilo nas transferências desses alunos. Então, eu peço o apoio dos nobres pares para que possamos aprovar esse projeto e atender essa classe de mulheres que sofrem muito com esse tipo de violência. Peço a colaboração de todos os nobres pares. É só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 00105/2024, de autoria do deputado Antonio Vaz.

Presidente — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.



DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Encerrada a votação. Solicito o resultado ao senhor segundo-secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte e um votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Aprovado. Vai à redação final, por ter sofrido emendas. Item 4. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 138/2024. Autor: deputado Lucas de Lima. "Dispõe sobre a Instituição da Campanha de Ações Preventivas e



de Conscientização do Ceratocone no Estado de Mato Grosso do Sul". A Comissão de Trabalho, Cidadania e Direitos Humanos emitiu parecer favorável, por unanimidade, à Emenda Substitutiva Integral 01, tendo como relator o deputado Antonio Vaz. A Comissão de Saúde emitiu parecer favorável, por unanimidade, à Emenda Substitutiva Integral 01, tendo como relator o deputado Neno Razuk. Em discussão.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Para discutir, o autor, ilustre deputado Lucas de Lima.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Quero falar sobre a conscientização sobre o ceratocone. É importante um diagnóstico precoce e o tratamento adequado, ajudando a evitar complicações sérias e preservar a visão. O ceratocone é uma condição ocular que afeta a córnea, tornando-a mais fina e deformada em formato de cone, o que provoca visão distorcida e desfocada. Essa doença geralmente se manifesta na adolescência e pode piorar com o tempo, afetando gravemente a qualidade de vida se não for tratada. Os principais sintomas incluem visão embaçada, sensibilidade à luz e necessidade frequente de trocar óculos ou lentes de contato devido à progressão rápida da doença. A causa exata do ceratocone ainda é desconhecida, mas acredita-se que fatores genéticos e o ato de esfregar os olhos possam contribuir para o desenvolvimento da condição. A gente pede o voto dos deputados, pois considera importante esta pauta, principalmente para quem sofre dessa doença.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Encerrada a discussão. Em votação. Cito a presença dos vereadores Edinho do Master; Quintino do Agro; e da vereadora Jô Silva, do município de Brasilândia. Sejam bem-vindos à nossa Assembleia Legislativa, Casa do Povo de Mato Grosso do Sul.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Pela ordem, senhor presidente!

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, quero comunicar a Vossa Excelência que amanhã não estarei presente na sessão. Às 10h da manhã está previsto, no município de Miranda, o início de um trabalho conjunto com o governo do estado — também pauta daquela audiência pública já citada. O governo Riedel providenciou a recuperação das máquinas perfuratrizes de poço artesiano para a Funasa e para o Dsei, e amanhã daremos início ao trabalho de perfuração de oitenta poços artesianos nos assentamentos, aldeias e comunidades quilombolas. Portanto, teremos uma solenidade de início dessas atividades amanhã no município de Miranda, e estarei presente como presidente da Comissão de Agricultura Familiar. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Em votação.

Projeto de lei nº 138/2024, de autoria do Deputado Lucas de Lima.



Presidente — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.



DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Encerrada a votação. Consulto o senhor segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São vinte e um votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Aprovado. Vai à redação final. Item 5. Três requerimentos, três indicações, uma moção de aplauso e duas moções de congratulação.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Pela ordem, senhor presidente. Para discutir.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Pela ordem, o deputado Caravina

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Quero pedir destaque e pedir vista do Requerimento nº 3193/2024 (item 3 dos requerimentos).

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — OK. Está concedido pedido de vista a Vossa Excelência. Agora, temos dois requerimentos, três indicações, uma moção de aplauso e duas moções de congratulação. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovados. Vão ao Expediente. Moções de pesar. Moção de pesar, proposta pelo deputado Marcio Fernandes, em razão do falecimento do senhor Francisco Campelo Guerra. Moção de pesar, proposta pelo deputado Pedro Kemp, em razão do falecimento da senhora Bianca Hannes. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovadas. Vão ao Expediente. Encerrada a Ordem do Dia. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Com a palavra, o deputado Paulo Duarte. Transferida. Com a palavra, a deputada Gleice Jane. Transferida. Com a palavra, o deputado Caravina. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedrossian Neto. Transferida. Com a palavra, o deputado Lidio Lopes. Transferida. Encerradas as Explicações Pessoais. Vou declarar encerrada a presente Sessão. Está encerrada (11h12min).